



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Teixeira de Godoy, João Miguel
Formas e problemas da historiografia brasileira
História Unisinos, vol. 13, núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 67-77
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866832004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Formas e problemas da historiografia brasileira

Forms and problems of Brazilian historiography

João Miguel Teixeira de Godoy¹
joaomiguelto@yahoo.com.br

Resumo. Em sintonia com tendências de estudos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, observam-se, no Brasil, uma ampliação e uma diversificação dos estudos e das reflexões sobre a trajetória e as características da produção dos historiadores. Lá, bem como aqui, as reflexões teóricas aceleram-se em descompasso com a prática científica. Nesse sentido, o presente artigo propõe uma análise de dois estudos abrangentes a respeito da história dos estudos históricos brasileiros, com o objetivo de identificar os parâmetros e as diretrizes a partir dos quais concretamente são elaboradas as investigações no campo da história da história. Propõe também uma reflexão sobre procedimentos com o objetivo de aperfeiçoá-los e adequá-los às especificidades das fontes centrais dos estudos de historiografia, ou seja, as próprias obras dos historiadores.

Palavras-chave: historiografia brasileira, metodologia, teoria da história.

Abstract. In tune with research trends in Europe and the US, in Brazil too there is a broadening and diversification of the studies and reflections on the history and characteristics of the historians' production. In both contexts the theoretical reflections are ahead of the scientific practice. In this sense, the article analyzes two comprehensive studies on the history of Brazilian historical studies, with the goal of identifying the parameters and guidelines on the basis of which the investigations in the field of historiography are concretely conducted. It also reflects on procedures in order to improve and adjust them to the specificities of the major sources of historical studies, viz. the works of the historians themselves.

Key words: Brazilian historiography, methodology, theory of history.

Comentando as várias possibilidades daquilo que chama de “método” dos estudos de história da historiografia, Massimo Mastrogregori, historiador italiano, sugere uma tipologia que visa abarcar o conjunto da produção dessa linha de estudos. São identificados, ao todo, seis tipos: o bibliográfico-enciclopédico, o filosófico-pragmático, o científico, o retórico, o sociológico e o sintético (Mastrogregori, 2006, p. 65-66). Sem entrar em detalhes sobre as características de cada tipo sugerido, o critério subjacente a essa proposta de classificação diz respeito aos modos como, em tais estudos, as obras dos historiadores são escolhidas e exa-

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

minadas. A constatação da existência de um leque amplo de possibilidades deve conduzir-nos a uma reflexão sobre essa dimensão dos estudos de história da historiografia, ou seja, sobre o que define o método nesse caso. Ou, mais precisamente, sobre quais são os elementos que compõem o método nesse campo de estudos que propõe examinar a produção do conhecimento histórico na dimensão da temporalidade. Devemos chamar a atenção para o fato de que, embora os estudos sobre historiografia atravessassem uma fase de ampliação nos últimos tempos, a preocupação mais específica com os problemas metodológicos desse campo não tem sido tão frequente quanto o desejável, ainda que seja possível identificar esforços nesse sentido. Reflexões como as propostas por Diehl, com uma obra já consolidada com questionamentos a respeito dos rumos e impasses da historiografia em geral e brasileira especificamente (Diehl, 1998, 2002, 2008), são exemplos disso. O mesmo ocorre com os textos e coletâneas organizados por Malerba, preocupado em discutir o problema do estatuto do texto histórico e do lugar da crítica historiográfica como um dos fundamentos do próprio conhecimento histórico (Malerba, 2006, p. 11-26). A mesma preocupação percebemos na recepção atual de autores como Paul Ricoeur (1994), Koselleck (2006), entre outros. Autores cujas ideias e propostas de análise do conhecimento histórico têm dado contribuições valiosas para um aperfeiçoamento dos parâmetros e critérios a partir dos quais as obras dos historiadores são avaliadas, compreendidas e explicadas. Sobre essas contribuições voltaremos mais adiante. Mas há o risco, comum em outras linhas de pesquisa, do descompasso relativo, que muitas vezes percebemos entre as reflexões teóricas e os trabalhos de investigação mais concretos que caracterizam a prática científica. Nem sempre esse nível reflete a evolução daquele, pois em muitos estudos sobre a historiografia persistem direcionamentos quase intuitivos no momento em que os autores partem para a escolha das obras, sua organização e mesmo a crítica, muitas vezes expressando uma visão simplificadora das relações entre autor, obra e meio. Diante desse quadro geral, propomo-nos a apresentar alguns pontos pertinentes sobre os problemas apontados. O esforço tem como objetivo corrigir o descompasso apontado, buscando incorporar as contribuições da reflexão teórica para a definição de orientações mais pragmáticas na realização dos estudos de historiografia.

A polissemia frequentemente apontada para o termo história transfere-se, de certa forma, para historiografia. Além do meramente literal – escrita da história –, dois outros sentidos acabaram por se impor: reunião dos escritos de história, inicialmente, mas também ramo do conhecimento histórico dedicado a recompor e a analisar a trajetória e as condições de possibilidades do próprio

conhecimento histórico através de suas obras. Recompor ou reconstituir a trajetória de uma forma de conhecimento exige uma abordagem que leve em conta sua dimensão temporal. Sendo assim, o foco deve ser direcionado para os movimentos de rupturas e continuidades, retomadas, superações, incorporações e rejeições. A análise exige a reflexão sobre as condições de surgimento e a determinação de suas possibilidades. O objetivo é alcançar uma recomposição analítica. Trata-se da tentativa de verificar seriamente a hipótese segundo a qual algum tipo de nexos explicativo pode ser estabelecido entre a produção cultural e o contexto mais amplo que a envolve, já que a busca das evidências de tal relação, entre as ideias e os lugares, como sugere Certeau (1982), foi incorporada como ferramenta constitutiva do ofício do historiador.

O surgimento da historiografia, no segundo sentido apontado, ou seja, história da história e como campo autônomo no interior do conhecimento histórico, costuma ser datado do início do século XX, a partir da obra do historiador suíço Eduard Fueter. Mas sua trajetória nas historiografias nacionais européias foi, pelo menos aparentemente, incerta. Carbonell, especialista francês em estudos de historiografia, aponta no início dos anos oitentas certo desprestígio ou baixo interesse desses estudos entre os historiadores de seu país, além de considerar inadmissível a ausência de um trabalho de fôlego nessa área, até aquele momento, na França.

O alerta e os apelos de Carbonell tiveram, ao que tudo indica, boa acolhida desde então. A partir desse momento, os estudos de historiografia ingressaram numa rota de ampliação quantitativa e qualitativa. Podemos indicar, sucintamente, alguns fatores decisivos que certamente contribuíram para esse novo momento.

Antes uma breve observação. Afirmamos acima o caráter recente dos estudos historiográficos. Na realidade, a prática de tecer comentários sobre as obras dos pares não constitui propriamente uma atividade nova no campo do ofício do historiador. Vem sendo cultivada, pelo menos, desde a antiguidade clássica, como demonstra Silva (2001). Como linha de trabalho e investigação específica, com a preocupação correlata de desenvolvimento e apuro de conceitos e métodos adequados, data certamente do início do século XX, a partir de Eduard Fueter, citado acima. Forastieri propõe, nesse sentido, uma diferença entre “empenhos historiográficos” e estudos propriamente de historiografia. Mais recente ainda é sua expansão ou modismo, fora e dentro do Brasil, facilmente constatado nos catálogos das publicações atuais na área de história.

Voltando então aos fatores. Sem a pretensão de estender demais esse ponto, o fato é que o surgimento e a preocupação mais sistemática dos historiadores, no século XX, com a trajetória de sua disciplina, traduziam

uma estratégia de aproximação e distanciamento diante de uma tradição de pensamento que, rejeitando as bases racionalistas do conhecimento histórico, acabou por desenvolver uma visão essencialmente pessimista a respeito das pretensões de formular os parâmetros teóricos fundadores da ciência histórica (Fontana, 1998). Os antecedentes dessa postura podem ser buscados tanto em pensadores como Benedetto Croce, para quem “toda história é história contemporânea”, ou mesmo em Nietzsche de “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida” (Nietzsche, 1976, p. 101-206). De qualquer maneira, essa linha de pensamento foi se consolidando a partir dos anos trintas e quarentas com Raymond Aron, passando por Henri-Irénée Marrou e Paul Ricoeur nos anos cinquenta; Michel Foucault, Paul Veyne e Michel de Certeau nos anos sessentas e setentas; Hayden White, nos anos setentas e oitentas, entre outros (Boutry, 1998, p. 65-78).

Os historiadores convergiram para esse pensamento e dele divergiram. A aproximação forneceu parte do “equipamento bélico” utilizado pelos historiadores empenhados na crítica da historiografia acadêmica dominante no século XIX. Fosse ela chamada de positivista, historicizante, metódica, liberal, romântica: não importa. O distanciamento ocorreu à medida que esses mesmos historiadores nutriam a crença na possibilidade de fundar a ciência histórica em outras bases, aproximando-a do conjunto das ciências sociais.

Penso que a coletânea de textos que melhor exemplifica o que acabamos de afirmar é “Combates pela história” de Lucien Febvre (1985). A crítica historiográfica estava profundamente orientada pela necessidade e pelo projeto de afirmação de uma ruptura seguida de refundação e defesa das concepções do grupo ascendente na historiografia francesa. Pode-se reconstituir a partir desses textos todo processo de construção de um projeto historiográfico assentado numa relação de divergência e convergência com as ciências sociais, com o marxismo, com a crítica da filosofia, com a Escola Metódica e outras tradições teóricas.

Outra fonte de inspiração que certamente fez diferença na renovação dos estudos de historiografia vem da tradição marxista. Por um lado, pela ênfase nas articulações entre realidade objetiva e formas de pensamento, entre as ações humanas e o conhecimento. Por outro lado, pelo próprio percurso intelectual de Marx e seus debates permanentes com as escolas de pensamento coevas.

A compreensão tradicional segundo a qual o pensamento de Marx constrói-se a partir da fusão de elementos originários da filosofia alemã, da economia política clássica inglesa e do socialismo francês foi criticada por autores como Josep Fontana, por exemplo, que sugere, em

substituição, uma visão de que Marx não realizou apenas uma mera fusão de contribuições esparsas, mas construiu um marco interpretativo novo. Realizou um trabalho sistemático de crítica, síntese e superação das tradições de pensamento existentes sem deixar, entretanto, de incorporar suas contribuições, situando-as dentro de uma nova arquitetura teórica global (Fontana, 1998).

Por fim, mas não menos importante, os anos noventas foram marcados por um conjunto de debates reunidos sobre a expressão geral de “crise da história”, uma crise dos paradigmas, das grandes racionalizações e dos princípios culturais gerais sobre os quais nossa sociedade se constituiu, a partir do triunfo do racionalismo moderno (Touraine, 1994). Muitos trabalhos de análises das obras históricas, balanços críticos, revisões de rumos e tendências surgiram nesse período imbuídos do propósito de “Em defesa da História” (Wood e Foster, 1999), de reafirmação da identidade ameaçada dos historiadores (Boutier e Julia, 1998), combates e reafirmações de posicionamentos e propostas (Chartier, 1994).

No caso do Brasil, penso que podemos distinguir três momentos gerais, com significados distintos, de surgimento e expansão dos estudos de historiografia. O primeiro destaca-se pela presença importante, mas isolada, da obra de José Honório Rodrigues. Tal isolamento deveu-se, poderíamos sugerir, por um lado, ao caráter incipiente da produção de obras históricas entre nós, e, por outro lado, ao fato de o nascimento da produção acadêmica entre nós não ter dependido de um trabalho prévio de crítica sistemática e superação das obras e interpretações gestadas no interior dos Institutos Históricos e Geográficos. Não dependeu exclusivamente disso, pelo menos não tanto quanto dependeu das influências e orientações externas das Escolas Europeias. Num certo sentido, a crítica da chamada “história tradicional” foi importada na íntegra da Europa, necessitando de pequenos retoques de aclimação local.

Um segundo momento pode ser situado no final dos anos setentas. Trata-se de um momento em que vários estudos de historiografia surgiram elaborados por profissionais universitários: o de Pedro de Alcântara Figueira (1973), de Maria Odila da Silva Dias (1974) sobre Southey; o de José Roberto do Amaral Lapa (1981) “A história em questão”; Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1977) sobre João Francisco Lisboa; o de Raquel Glezer (1977) sobre José Honório Rodrigues; o de Carlos Guilherme Mota (1977), “Ideologia da cultura brasileira”; o de Sergio Miceli (1979), “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”, entre outros. Apesar de alguns desses estudos trazerem uma preocupação de caráter mais acadêmico, contendo reflexões metodológicas, por exemplo, predomina certa intenção de pensar o papel e a inserção dos intelectuais na ordem polí-

tica, dadas as circunstâncias históricas pelas quais passava a sociedade brasileira.

Como trabalhos representativos de um terceiro momento, a partir dos anos noventas, pode-se mencionar obras coletivas como “Domínios da história”, organizada por Cardoso e Vainfas (1997); “Historiografia brasileira em perspectiva”, organizada por Freitas (2000); o trabalho de Fico e Polito (1992), “A História no Brasil (1980-1989)”; o de Arruda e Tengarrinha (1999), “Historiografia luso-brasileira contemporânea”; o de Iglésias (2000), “Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira”, entre inúmeros outros trabalhos, desde artigos publicados em periódicos até a produção estrangeira publicada em volume crescente no Brasil nestes últimos anos. Nesse momento, diferentemente dos anteriores, percebem-se um debate e uma tentativa de diálogo entre matrizes teóricas e interpretativas distintas que dividem, nem sempre de maneira discreta, a comunidade dos historiadores a respeito do conhecimento histórico e do sentido da trajetória da sociedade brasileira.

Gostaria de chamar a atenção para apenas dois problemas suscitados pela leitura da produção mencionada acima. Cristalizou-se certa periodização organizadora dos movimentos, ritmos e mudanças desse universo de obras que denominamos, de maneira geral, historiografia brasileira. Fala-se de uma fase marcada pelos escritos dos cronistas coloniais, sucedidos pela produção ligada ao Instituto Histórico e Geográfico, criado em 1838, e um terceiro momento, com início na década de 1930, com a produção universitária. O segundo problema relaciona-se com o modo como tais estudos estão estruturados. É possível identificar, nesse conjunto muito variado em termos de recortes e abordagens, elementos que se repetem, exigências comuns, procedimentos similares, balizamentos típicos, porém nem sempre explicitados, mas a partir dos quais poderíamos arriscar uma reflexão de caráter mais metodológico.

As duas dimensões – ou problemas, como chamamos aqui – surgem de formas distintas nos vários trabalhos acima mencionados. Seleccionamos apenas dois como exemplos das dificuldades e impasses gerados muitas vezes pela ausência de uma reflexão mais específica sobre elas. O objetivo desse artigo, nesse sentido, é realizar uma análise das obras seleccionadas à luz desses problemas. As obras foram escolhidas em função da proposta de síntese geral da trajetória da historiografia brasileira que elas contêm. Trata-se de “Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira” de Iglésias (2000); e “Historiografia luso-brasileira contemporânea” de Arruda e Tengarrinha (1999).

Francisco Iglésias, logo na introdução de seu trabalho, expõe o que entende por história e historiografia. História é uma ciência e uma profissão. É uma ciência

porque reflete um conhecimento construído com rigor a partir do emprego racional de técnicas e métodos específicos. É uma profissão porque seu exercício depende de formação universitária. Tal estatuto, entretanto, é recente. O conhecimento histórico não nasceu nem como ciência nem como profissão, tornou-se ambas as coisas a partir de uma trajetória específica, mas cujo desfecho não pode servir de critério de reconstituição do processo. Já os estudos de historiografia traduzem um esforço de mapeamento de produção histórica, permitindo a apreensão do “quanto foi feito e o muito que há para ser feito” (Iglésias, 2000, p. 19), “das conquistas e das insuficiências” (Iglésias, 2000, p. 22). Nesse sentido, os estudos historiográficos integram o conjunto maior das chamadas obras de referência, acompanhando os dicionários, guias, repertórios bibliográficos etc. Sua utilidade decorre do modo como se insere no processo de construção da ciência histórica: ao mesmo tempo reflexo desse processo, já que sua existência depende da presença de uma massa crítica ou volume expressivo de obras, mas igualmente fator de aprofundamento e aceleração dele. Historiografia possui um valor instrumental para o conhecimento histórico e como tal não poderia tornar-se um campo de especialização, mas ferramenta inerente ao ofício do historiador. Historiografia impõe-se como fator de profissionalização e aprofundamento da cientificidade do conhecimento histórico. Possibilita saltos qualitativos no processo de construção da ciência. Seria essa uma conclusão possível da leitura da primeira parte da Introdução de Iglésias.

Duas outras informações encontramos na Introdução. Em primeiro lugar, um comentário geral e sucinto sobre outros trabalhos voltados para o balanço e a análise da produção histórica, que menciona a importância de várias obras e autores, entre eles José Honório Rodrigues, mas não faz uma avaliação crítica desse autor. Distingue os trabalhos que se limitaram a um simples levantamento do material existente de outros que buscaram uma análise crítica. Aponta, por fim, equívocos cometidos em algumas tentativas de periodização, como a de Sílvio Romero. Em segundo lugar, propõe ele mesmo uma periodização para a historiografia brasileira dividida em três momentos: “dos primeiros dias até a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, ou seja, 1500 a 1838; de 1838 a 1931, ano da reforma do ensino de Francisco Campos, criando as faculdades de educação, ciências e letras; e de 1931 a nossos dias. O esquema pressupõe uma classificação da produção: crônicas e fontes para o primeiro período; obras de história feitas por amadores ou autodidatas para o segundo momento; e produto científico de profissionais formados para o terceiro.

Gostaria de propor uma forma possível de avaliação da obra de Iglésias a partir de um confronto entre

o proposto na Introdução e o efetivamente realizado no corpo da obra. A Introdução contém concepções, promessas, mas também ausências que suscitam dúvidas. O modo, por exemplo, a partir do qual selecionou do conjunto dos escritos existentes aqueles que julgou mais representativos e que melhor retratariam as características e tendências da historiografia brasileira não ficou explicitado. Quais os critérios orientadores desse julgamento e da seleção da amostragem? Oitenta nomes de autores aproximadamente. A ausência de clareza na exposição dos critérios não significa dizer ausência de critérios. Embora no texto da Introdução o autor não discuta o assunto, ele o faz no início do terceiro momento: “mesmo sem ser exaustiva, procurou-se fixar a sua imagem, com evidência de alguns nomes e obras notáveis e uma produção média de relativo ou pequeno valor” (Iglésias, 2000, p. 183). A apresentação desses critérios ocorre exatamente no momento em que serão abandonados, cedendo todo espaço apenas para as “figuras excepcionais”. Independentemente disso, a pergunta sobre os motivos que teriam levado o autor a realizar suas escolhas das obras mais representativas, médias ou excepcionais permanece sem resposta. Podemos, nesse caso, refazer a pergunta: qual o critério de montagem do elenco de autores e obras nos trabalhos que não explicitam esses critérios? No momento consigo imaginar dois: preferência pessoal e incorporação do cânone, ou seja, daquilo que se estabeleceu tradicionalmente como representativo. Mas, sendo assim, uma dimensão fundamental dos estudos de historiografia não escaparia de um controle mais racional, de uma “regulação metódica”, como diria Rüsen (2001), comprometendo a própria cientificidade do trabalho?

Nesse ponto se fazem sentir os efeitos da relativa ausência de um aprofundamento conceitual. Definir história como ciência e profissão é o famoso caso do necessário, porém não suficiente. A questão é justamente demarcar aquilo que seria específico do conhecimento histórico no conjunto das ciências humanas. Não teríamos aqui, pergunto, uma referência inicial no trabalho de seleção e mesmo classificação do elenco de obras e autores? Isso certamente facilitaria de maneira significativa a elaboração do trabalho na hora de distinguirmos os textos entre fontes, crônicas e história, bem como a relação desta com as outras áreas do conhecimento.

Outra dificuldade ainda relativa à definição do universo de obras e autores que se pretende estudar advém da falta de uma definição precisa do que se entende por historiografia brasileira. Brasil aqui significa um lugar ou um tema? Compõe a historiografia brasileira aquele conjunto de obras e autores cujas pesquisas e estudos se dedicam a decifrar aspectos e problemas da realidade brasileira, independentemente do seu lugar de origem; ou aquele conjunto de autores de nacionalidade brasileira, mas

cujos temas e campos de trabalho dizem pouco respeito à história do Brasil? A resposta à questão torna-se decisiva na inclusão ou exclusão da historiografia brasileira do conjunto de escritos que hoje denominamos “cronistas coloniais” ou os chamados “brasilianistas”, por exemplo. Francisco Iglésias incluiu na sua lista alguns estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, mas não os brasilianistas tal como os identificamos a partir da década de 1960. Incluiu, porém, os cronistas coloniais. Entretanto, como sabemos, a colônia portuguesa não era o Brasil, e os chamados cronistas não eram brasileiros. Penso que as motivações presentes nessas escolhas não poderiam ser consideradas evidentes por si mesmas, de modo que os processos de montagem, de definição e de composição do elenco de obras nos estudos historiográficos, primeiro passo nesse tipo de trabalho, exigem precisão e clareza de critérios.

Do ponto de vista do esquema classificatório e que se desdobra numa proposta de periodização, alguns comentários poderiam ser feitos. Os marcos temporais escolhidos apontam para mudanças ocorridas no âmbito institucional (1838 e 1931), porém o mesmo não ocorre com “1500”, marco político sobretudo. Mas como definir marcos institucionais para uma produção assistemática como a produção dos cronistas coloniais? Talvez a solução estivesse em não os considerar como um período específico e sim como um problema a ser discutido. Não podemos considerá-los como o nascimento da historiografia brasileira, primeiro porque não escreviam textos de história e segundo porque não eram brasileiros. Entretanto, não se pode simplesmente ignorar o fato de o Brasil ser uma nação que se constituiu a partir dessa base colonial. Não podemos incluí-los e tampouco excluí-los. Mas podemos discutir o assunto e explicitar a questão. Não se pode, na verdade, ignorar que existe aí um problema. Em certo sentido, o mesmo ocorre com os brasilianistas.

Mas a questão fundamental é que o plano proposto e declarado por Iglésias não corresponde exatamente ao plano executado no corpo do trabalho. A leitura do texto com o objetivo de explicitar a estrutura da argumentação nos revela um sentido diferente daquele exposto na introdução. Nesse plano, a presença de Varnhagen assume uma posição central. Os temas tratados antes do surgimento da obra de Varnhagen parecem concorrer para seu surgimento. De um lado, temos a produção de escritos do período colonial, saídos das observações e relatórios de membros da igreja ou da burocracia estatal, bem como de viajantes. Mais fontes e crônicas do que historiografia propriamente dita; produção assistemática, episódica, dispersa e de valor e qualidade variada, segundo Iglésias. Conjunto de escritos encontrados, preservados e publicados sobre o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 num contexto de formação do estado

nacional após o processo de Independência de 1822, e que teria possibilitado um passo importante no processo de institucionalização da pesquisa histórica no Brasil. O projeto de organização racional dessa massa documental e a proposta de uma síntese interpretativa de seu sentido e arranjo numa história nacional coerente formularam-se originalmente a partir da proposta do naturalista alemão Karl Friedrich P. von Martius, que vencera concurso proposto pelo IHGB em 1840. De modo que teríamos todos os ingredientes necessários à confecção da história da nação: um contexto político e ideologicamente favorável, a existência de fontes preservadas, minimamente organizadas e com uma articulação institucional prévia, e um plano de trabalho e síntese. O passo seguinte consistiria na elaboração da obra, e esse passo foi dado por Varnhagen. Conclusão de tendências que a antecederam, a obra de Varnhagen teria se tornado também referência obrigatória para as tendências que a sucederam. Depois de Varnhagen, teríamos o seguinte esquema classificatório: crônicas históricas; eruditismo; obras modernas; historiadores episódicos; e a obra de Manuel Bonfim, que não se encaixaria em nenhum dos grupos acima. Portanto, na estrutura argumentativa de Iglésias, esse é o marco periodizador da historiografia brasileira e como tal possuiria a capacidade de atribuir sentido a um conjunto de eventos e movimentos anteriores e posteriores, antecedentes e consequentes. O conteúdo, portanto, dos dois primeiros períodos da historiografia brasileira poderia ser traduzido nesse processo de identificação das condições necessárias ao surgimento da obra de Varnhagen, seu surgimento efetivo e as tentativas de prosseguimento ou superação dessa matriz interpretativa. O problema maior desse esquema classificatório é a mistura de critérios: ideológicos, características internas do discurso, regularidade da produção etc. Percebe-se igualmente uma proposta de avaliação essencialmente evolucionista.

Do ponto de vista de sua estrutura, os estudos de historiografia refletem um processo de delimitação de uma amostragem de obras significativas, a organização dessas obras em grupos e subgrupos a partir dos quais um dos desdobramentos é uma proposta de periodização e, por fim, certa maneira de avaliação crítica desses trabalhos. O modo de avaliação é o aspecto a partir do qual se podem propor diferentes modalidades de trabalho dentro dos estudos de historiografia; é o que diferencia o simples repertório bibliográfico, do balanço crítico e da história da história.

Nesse aspecto, a obra de Iglésias vai além do balanço crítico, ou seja, não se limita à elaboração de resenhas das obras, apontando suas dimensões metodológicas e linhas interpretativas, mas procura restabelecer os nexos complexos entre obra, autor e sociedade, embora algumas dificuldades estejam presentes. Apenas brevemente pode-

ríamos citar a avaliação que faz da obra de Frei Vicente de Salvador, de um lado, e Sebastião Rocha Pita, de outro. Apesar de uma série de observações interessantes e pertinentes, acaba por apontar a presença num e ausência em outro de um sentimento “nacionalista”. Para o século XVII e XVIII tais observações vão se aproximando do anacronismo. Mas nesse ponto é possível perceber o sentido mais geral da historiografia brasileira, tal como propõe Iglésias. No primeiro e segundo período teríamos a montagem de uma matriz interpretativa conservadora, cujo momento fundador se encontra em Varnhagen. O terceiro período, a produção universitária, capítulo não concluído pelo autor, parece querer esboçar a possibilidade de construção de outra matriz interpretativa, mais progressista, mais radical, que retome momentos episódicos de rebeldia intelectual e construa uma tradição de pensamento e elaboração de uma ciência histórica que supere o legado de conservador. Não seria um exercício difícil apontar problemas e ausências na reconstrução e análise que Iglésias faz da produção universitária, na qual muito pouco da produção histórica aparece de fato. Mas não faremos isso aqui. Gostaríamos de chamar a atenção para um aspecto que é justamente a ausência na reconstituição da trajetória da história acadêmica dos periódicos e necessários balanços críticos, elementos imprescindíveis, como nos alerta na sua Introdução, de avanço e progresso da ciência histórica.

Do ponto de vista geral, o trabalho de Iglésias reflete uma tentativa de avaliação da trajetória da historiografia brasileira a partir de critérios que têm origem na dimensão política e ideológica desse processo. Ou seja, de um lado, trata-se de identificar o processo de construção de uma matriz conservadora presente de maneira dominante na visão do passado que se tem no Brasil. Por outro lado, buscam-se os indícios e as possibilidades de superação dessa matriz. Essa politização da análise insere o trabalho de Iglésias muito mais na segunda fase dos estudos de historiografia no Brasil, como apontado no início, do que na terceira fase. Trata-se de uma reflexão que não se orienta a partir dos debates entre paradigmas rivais típicos do terceiro momento.

O contrário já ocorre com o trabalho de Arruda. O ensaio é uma reconstituição da historiografia brasileira a partir dos debates e controvérsias atuais dessa área de conhecimento. Abre o texto um capítulo conceitual, que define com bastante precisão o conceito de história e historiografia. Em seguida, buscam-se apreender a trajetória e as etapas dos estudos sobre a historiografia brasileira, desde os trabalhos de José Honório Rodrigues até o final da década de 1990. O exercício propriamente de história da história envolve os capítulos três, quatro e cinco, denominados a pré-história, o nascimento e a

consolidação da moderna produção histórica no Brasil. O ensaio termina com um balanço crítico da produção dos brasilianistas e da produção acadêmica dos últimos trinta anos no Brasil.

Uma leitura atenta do ensaio revela os problemas recorrentes dos estudos de historiografia: a escolha das obras, a definição de suas etapas evolutivas e o viés analítico que se pretende adotar. As soluções apresentadas por Arruda sobre esses aspectos são interessantes, mas não estão isentas de problemas. Vejamos alguns pontos. No capítulo inicial, o conceito de história é definido como um tipo de conhecimento que tem especificidades e que busca a compreensão de múltiplos aspectos do acontecer humana: “o das práticas dos sujeitos e suas significações e o da realidade objetiva” (Arruda e Tengarrinha, 1999, p. 12). Nesse sentido, não há uma identificação estreita com um perfil profissional específico. Isso é relevante observar porque, no corpo do texto em que o autor reconstitui a trajetória da produção histórica no Brasil, a formação dos autores e do profissional do conhecimento adquire uma posição central nos esquemas de classificação e periodização da produção. Diz Arruda: “Encerrada a fase dos historiadores eruditos/autodidatas, era a vez dos profissionais do saber específico, pesquisadores e professores formados nos quadros universitários. Convivem ainda nesse período (1930-1970) pensadores do velho estilo, mas extremamente inventivos [...]” (Arruda e Tengarrinha, 1999, p. 41). Nesse sentido, a chamada “pré-história” da produção histórica articula-se com o profissional erudito/autodidata; o período de “nascimento” com o convívio autodidata e universitário; o período de “consolidação” com o profissional universitário.

Outro aspecto que chama a atenção é o modo como resolve o problema dos chamados cronistas coloniais. Diferentemente de Iglésias, Arruda não inclui esse elenco de obras no seu estudo. Nesse aspecto, a diferença entre os dois autores é gritante. Enquanto para Iglésias trata-se da primeira etapa da historiografia brasileira, para Arruda não se trata de historiografia e tampouco pertence ao Brasil: “num largo espaço de tempo que vai do século XVI ao XIX, identificado à condição colonial do Brasil, praticamente não há obras de história que atendem aos requisitos mínimos para merecerem esta catalogação” (Arruda e Tengarrinha, 1999, p. 17). Exatamente o contrário acontece com os chamados brasilianistas. No trabalho de Iglésias constam algumas menções muito pontuais, enquanto em Arruda e Tengarrinha há um capítulo especificamente dedicado a esses autores.

Do ponto de vista dos comentários e análises sobre as obras, há uma preocupação em estabelecer uma articulação com os processos mais abrangentes da vida social e política brasileira. Nesse aspecto, apesar da abrangência do

período estudado e do caráter necessariamente introdutório das avaliações propostas, percebe-se uma preocupação em evitar reducionismos, mas enfatizar as correlações entre movimentos da sociedade e mudanças na esfera do pensamento e do trabalho intelectual. Entendo que aqui haja um avanço em relação ao texto de Francisco Iglésias, uma vez que a apresentação dos contextos históricos no início de cada período proposto pouca relação tinha com as análises e comentários sobre as obras.

O texto de Arruda desemboca num ensaio crítico sobre as tendências e as perspectivas da historiografia brasileira acadêmica nessa passagem do século XX para o XXI. O modo como vê esse momento condicionou de certa forma o capítulo anterior de reconstituição histórica, pois o cenário atual, tal como foi desenhado pelo autor, é marcado fundamentalmente por uma divisão e por um debate entre os historiadores profissionais. Cenário no qual se podem identificar dois grupos com concepções distintas, às vezes antagônicas, a respeito do que é o conhecimento histórico, sua função social e os procedimentos mediante os quais ele é produzido. Mas a clivagem não traduz apenas divergências teóricas e políticas, mas também possui uma dimensão geracional e desdobra-se, muitas vezes, no terreno de conflitos em torno daquilo que chama “poder historiográfico”, ou seja, a ocupação de lugares institucionais e políticos estratégicos na produção e reprodução de certa concepção teórica. Por um lado, uma tradição historiográfica marcada sobretudo pela visão de totalidade, ou seja, a idéia de que o trabalho do historiador, naquilo que tem de mais específico, define-se pela tentativa de reconstituir, de maneira analítica e interpretativa, as conexões, as relações, as articulações que se estabelecem entre o nível de consciência dos atores e o sentido objetivo de suas ações, tal como propõe Lucien Goldman (1984), e entre as várias esferas que compõem a existência e seus vários níveis de realidade. São as relações entre as coisas, mais do que as próprias coisas, que interessam. A busca da lógica das relações é, portanto, a busca da síntese. Totalidade aqui não traduz a somatória entre as partes, mas sim sua síntese. De outro lado, a “jovem guarda” da historiografia acadêmica é marcada principalmente pelo abandono da preocupação com as macroestruturas e ênfase nas experiências individualizadas e nas pequenas racionalidades. O ensaio termina com uma proposta de diálogo produtivo entre as duas vertentes, mas que poderia também ser visto como uma proposta de conciliação ou rendição, dependendo do ponto de vista. O fato é que a posição de Arruda, próxima da primeira vertente, informa diretamente os critérios a partir dos quais se deram a avaliação e a definição das etapas da historiografia brasileira. O nascimento da historiografia acadêmica aparece como um desdobramento das grandes

sínteses e propostas interpretativas de autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, entre outros. Tais obras teriam apontado veredas e aberto possibilidades que foram objeto de investigações de caráter mais monográfico, típicos da academia. Verticalizações que propunham reformulações muitas vezes das grandes sínteses, mas não as negavam. Na avaliação de Arruda, foi justamente esse tipo de articulação no trabalho acadêmico que teria sido abandonado, ou colocado sob suspeita, por alguns historiadores da nova geração.

Decorrem da leitura e da discussão do trabalho de Iglésias e de Arruda, além de outros que poderiam ser objeto de um estudo comparado, algumas conclusões que poderiam contribuir para o avanço dos debates sobre aspectos metodológicos dos estudos de historiografia, bem como sobre o modo com que vem sendo estudada a trajetória da historiografia brasileira.

Em primeiro lugar, vamos ao problema metodológico. Grande parte das obras de historiografia, incluindo as duas analisadas acima, problematiza em algum momento e de alguma forma a natureza e as funções dos estudos de historiografia; todos os autores igualmente respondem à necessidade de seleção e de escolha de obras a serem lidas e analisadas; todos propõem formas mais ou menos coerentes de classificação, organização e periodização das obras escolhidas; todos, por fim, constroem uma proposta de crítica e de avaliação das obras selecionadas. Essa avaliação já está presente nos critérios de escolha e ordenamento, mas explicita-se no conjunto de comentários a respeito do valor intrínseco e circunstanciamentos das obras. É desnecessário dizer que os breves comentários acima não tiveram como objetivo apontar possíveis problemas nas obras comentadas, desmerecendo seu valor. A escolha dos dois trabalhos deve-se ao reconhecimento de sua importância como exemplos relevantes que nos serviram como fontes a partir das quais se procurou detectar dimensões e problemas inerentes aos estudos de historiografia.

De qualquer maneira, alguns problemas de caráter conceitual e técnico poderiam ser mencionados e discutidos com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento dessa área de estudos. Alguns historiadores brasileiros vêm, com maior frequência, chamando a atenção para a escassez de uma elaboração metodológica específica nos estudos de historiografia. Poderíamos citar Raquel Glezer, num trabalho sobre a obra de José Honório Rodrigues (Glezer, 1977), Janotti (1977) e Novais (2005), que vêm indicando, em textos variados, em entrevistas e cursos, alguns parâmetros básicos no exercício de avaliação e construção de textos de análise da historiografia.

O fato é que muitos desses problemas de caráter mais técnico e metodológico são compartilhados com as outras áreas da historiografia acadêmica mais tradicional.

Trata-se dos problemas relativos ao processo de escolha e seleção das fontes de informação, da matéria-prima do trabalho do historiador, bem como dos procedimentos analíticos a que devem ser submetidas tais fontes. No campo dos estudos de historiografia, aparentemente, o pesquisador encontra-se numa posição vantajosa em relação aos colegas que se dedicam a explorar os outros territórios do conhecimento histórico, uma vez que, supostamente, o material de pesquisa – de onde as informações são extraídas e trabalhadas –, ou seja, o conjunto dos escritos produzidos pelos historiadores, encontra-se definido previamente e constitui um material pronto e à sua inteira disposição.

Entretanto, nada mais falso que isso. Ainda que se pretenda estudar a obra de um historiador, ou as obras de história acerca de um determinado assunto, ou de um determinado lugar ou instituição, a tarefa pressupõe clareza e objetividade na definição sobre o que se entende por obra de história, por conhecimento histórico e por historiador. Sempre resta o recurso ao enquadramento institucional, uma solução aplicada apenas a partir do século XIX. Após esse período, devido ao processo de institucionalização da profissão de historiador acompanhado da definição de um conjunto de regras e procedimentos de crítica das fontes, o problema da definição sobre o que é o conhecimento histórico e o historiador estaria supostamente resolvido. Historiador é um profissional formado para o exercício de uma função específica, orientado por regras específicas de um ofício. História, por sua vez, é um tipo de conhecimento resultante da aplicação desse conjunto de operações técnicas. Nessa linha de pensamento, o critério do autor se sobrepõe ao critério das características do discurso na definição de conhecimento histórico. A questão mais imediata que surge, a partir desse entendimento, refere-se à seleção das obras de história produzidas antes do século XIX, quando ainda não existiam os profissionais. Colocam-nas igualmente às obras produzidas na atualidade, classificadas normalmente como obras de história, porém produzidas por autodidatas ou profissionais de outras áreas. Outro foco de problemas refere-se à própria produção dos historiadores, ou seja, como diferenciá-la de trabalhos que situam no passado seus recortes temáticos, mas abordados a partir da perspectiva sociológica, antropológica etc. Em outros termos, como diferenciar a história social da sociologia histórica; a história antropológica da antropologia histórica; ou, então, a história econômica da economia sobre o passado, da economia retrospectiva? Uma vez que essas questões estão sujeitas a muitas, variadas e divergentes respostas, o problema da delimitação ou escolha das fontes na área dos estudos de historiografia não está resolvido previamente.

O problema inicial, portanto, é um problema de definição de conceitos, de concepções acerca das características do conhecimento histórico. O ponto de partida, aliás, pode estar nas considerações sobre a ambiguidade do termo história. Deve-se avançar nas características intrínsecas do discurso, bem como nas especificidades das suas formas de abordagens das ações e pensamentos humanos no curso do tempo, distintas, porém articuladas, com o campo das ciências humanas. Sendo assim, os problemas da seleção das fontes, em suma, depende de uma reflexão teórica prévia. Sobre esse ponto, especificamente, as contribuições das reflexões teóricas atuais são muito ricas. Desde trabalhos como o de Finley (1992, p. 3-27), que contrapõe história e mito, nas suas aproximações e distanciamentos, até as proposições elaboradas por Koselleck e sua proposta de uma história dos conceitos (Koselleck, 2006). Mas o leque de autores aqui é muito amplo, tanto de historiadores como de filósofos.

O segundo problema que se coloca refere-se à organização que se deseja imprimir ao material informativo coletado, no caso o conjunto das obras. Uma vez definido o bloco mais geral, cujos contornos obedecem a escolhas bem definidas, como as obras de um autor, sobre um assunto, de um país, de uma instituição ou período, passa-se à definição de sub-blocos, que exige um aprofundamento de análise das obras. Aqui as possibilidades são igualmente amplas e afetam os esquemas da periodização. Pode-se pensar no critério das sucessivas gerações, escolas, linhas interpretativas, posicionamento ideológico, cronologia, etc. A amplitude das possibilidades, entretanto, abre brechas para os descaminhos da incoerência. Problema revertido apenas pela clareza e objetividade das opções.

Por fim, deve ser enfrentado o problema da crítica do material. Crítica entendida aqui como reconstituição e análise das condições históricas que tornaram possíveis aquela obra e aquele pensamento. O termo que poderíamos utilizar aqui é o de interpretação e que aponta para um conjunto de questões que foram levantadas e discutidas por autores como Lefort (1986). Os comentários e as observações de interpretação e avaliação das obras, bem como de sua trajetória, decorrem, pelo menos em parte, daquilo que cada autor elige como fio condutor de sua história da história. A perspectiva em que tal trajetória pode ser avaliada e analisada é, certamente, muito ampla. Alguns estudos privilegiam a evolução do instrumental técnico e metodológico que compõe o estatuto científico atual do conhecimento histórico. Valorizam-se, nesse sentido, as dimensões mais formais do trabalho do historiador. O livro "Historiografia", de Carbonell (1987), pode ser um exemplo dessa abordagem, embora a proposta declarada na introdução da obra não seja exatamente essa. Outros estudos orientam-se na busca de um suposto método

histórico que fundamentaria as propostas de transformação da história numa ciência social. Para os autores de "As escolas Históricas", o lugar desse método deveria ser encontrado num lugar intermediário, distanciando-se das elucubrações das filosofias da história, de um lado, e da falta de imaginação do empirismo, de outro. O estudo de Fontana (1998), por exemplo, está preocupado com as mudanças nos critérios de reconstituição que orientam o historiador no seu trabalho de síntese, em diferentes formações sociais históricas. Preocupado, no entanto, com o processo de formulação, crise e superação de uma proposta de criação da ciência histórica dentro dos marcos teóricos do materialismo histórico. Mas, nesse aspecto, os chamados "deslocamentos" atuais do conhecimento histórico, para usarmos uma expressão de Chartier (1994), oferecem recursos e um instrumental analítico e avaliativo bastante amplo, mesmo para aqueles que não compartilham dos fundamentos teóricos das novas correntes e que muitas vezes rejeitam suas implicações em termos de construção do conhecimento histórico. É o caso, por exemplo, da atual discussão sobre a narrativa, como marca irreduzível do discurso do historiador. Aspecto já apontado por Certeau (1982), mas retomado e aprofundado por autores como Ricoeur (1994) no livro "Tempo e narrativa", já citado, onde a contraposição entre uma história estrutural e analítica e outra narrativa e *événementielle* parece se dissolver no nível do discurso e do texto. Apesar das diferenças aparentes, ambas as formas de pensar o produto do trabalho do historiador estruturam-se a partir das regras e dos procedimentos que orientam a produção de narrativas. Nessa linha situa-se o trabalho de um White (1995) e sua proposta de analisar a consciência histórica do século XIX a partir das estruturas narrativas das principais obras históricas e da filosofia da história do século XIX, estruturadas a partir dos quatro tropos clássicos: metáfora, sinédoque, metonímia e ironia. O mesmo pode ser dito sobre a tendência conhecida como *linguistic turn* e suas teses sobre a incapacidade de se pensar a realidade objetiva como uma referência externa ao discurso (Chartier, 1994, p. 101).

Chama a atenção o fato de que, no campo dos estudos de historiografia, assim como no conjunto das temáticas que integram o campo de preocupação dos historiadores, a delimitação das fontes, seguida de sua organização, de definição de tipologias classificatórias e de observações avaliativas, carece, além disso, de um esquema, ou de um modelo global de análise que possibilite pensar o sentido dessa produção no contexto que a gerou, bem como os direcionamentos que foi tomando posteriormente, uma vez que o objetivo do historiador vai além da organização do material e da elaboração de um conjunto de comentários interessantes. A ordem lógica do conjunto das fontes adquire relevância no interior de

modelos interpretativos tanto mais adequados na medida em que são capazes de refletir o movimento de constituição de seu objeto.

Os contornos dos esquemas analíticos, de uma maneira geral, dependem da definição de historiografia e, quanto a isso, as possibilidades são muitas. Vejamos alguns exemplos. Para Carbonell, é o estudo que tem como objetivo “expor de um ponto de vista histórico – isto é, situando-a constantemente no seu contexto – a diversidade dos modos de representação do passado no espaço e no tempo”. Mais adiante, especifica afirmando que a historiografia é “nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado” (Carbonell, 1987, p. 6). Nesse sentido, aproxima a historiografia do estudo das representações coletivas, no qual o discurso especializado aparece como testemunho. Para Fontana, trata-se de uma análise que integra as articulações de uma “economia política” e seu “projeto social” decorrente, que oferece os parâmetros da “concepção de história” num determinado contexto histórico. Para Iglésias, é um indício e um instrumento no processo de superação do amadorismo e avanço da profissionalização do ofício do historiador uma vez que o surgimento e a expansão dos estudos de historiografia refletem a existência de um acúmulo de obras bem como direcionam os rumos da pesquisa posteriores (Iglésias, 2000, p. 19-22). Para Arruda, a historiografia, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores, visa a

compreensão da história através das obras históricas, das visões ou teorias que as orientaram ou circunstanciaram, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, das perspectivas ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas e problemáticas selecionadas (Arruda e Tengarrinha, 1999, p. 12).

Além disso, é fundamental a definição de um modelo de análise que dê conta dos nexos, sempre complexos, que se estabelecem entre as obras, os autores e o contexto, seja esse social, econômico, político ou intelectual. É necessário fugir das relações fáceis e mecanicistas. Um exemplo que deve ser estudado com atenção é aquele sugerido por Antonio Cândido no ensaio muito conhecido no qual discute os impasses entre as correntes que advogam uma interpretação das obras a partir dos seus condicionamentos sociais e outras que valorizam as operações formais. Conclui afirmando:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a

podemos entender fundindo o texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteados pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno (Mello e Souza, 2000, p. 5-6).

Também nesse aspecto, as reflexões teóricas que se acumulam atualmente trazem todo um conjunto de elementos para pensarmos a inserção do trabalho do historiador e do conhecimento que produz na dimensão da sociedade e da historicidade. Pode-se buscar as contribuições de autores como Croce (1962) e sua preocupação em apontar os vínculos existentes entre a produção histórica e as demandas do presente do historiador. O mesmo pode-se dizer das proposições de Rüsen (2001) a respeito de uma matriz teórica do conhecimento histórico integrando elementos da vida prática (“funções de orientação existencial” e “interesses ou carências de orientação no tempo”) e elementos da ciência especializada (“idéias ou perspectivas orientadoras da experiência do passado”, “métodos e regras de pesquisa empírica” e “formas de apresentação”) (Rüsen, 2001, p. 35). Por fim, é possível buscar também contribuições em todo um conjunto de trabalhos nas áreas de sociologia do conhecimento e de teoria das ideologias. Entretanto, devemos esclarecer que nosso objetivo aqui não é aprofundarmos a análise da variedade expressiva de possibilidades disponíveis no que diz respeito aos parâmetros de julgamento, avaliação e crítica dos textos históricos, mas apenas apontar a importância dessa dimensão nos estudos sobre a historiografia.

Nosso segundo problema diz respeito à imagem que se vai construindo da trajetória da produção histórica sobre o Brasil. Algumas questões poderiam ser levantadas sobre isso. Primeiro quanto ao estabelecimento de critérios de escolha do universo das obras a serem analisadas. Esse primeiro momento exige uma definição clara das características e dos fundamentos do discurso histórico, até para podermos identificar as diferenças entre os vários gêneros que habitam o campo da memória e das ciências sociais. Mas exige igualmente uma precisão a respeito desse universo que denominamos historiografia brasileira. Trata-se de um recorte dentro da historiografia geral que deve seguir critérios explícitos e controlados.

Segundo, quanto aos critérios de classificação dessas obras. A sequência consagrada – cronistas coloniais, IHGB e produção universitária – poderia ser revista. Os

cronistas coloniais, por exemplo, antes de se constituírem num período propriamente dito, mais adequado não seria vê-los como um problema a ser discutido? Do mesmo modo como discutimos a importância e o papel do próprio período colonial na formação do Brasil. A Colônia não era Brasil, entretanto o Brasil formou-se a partir da Colônia. Como ficaria aqui a situação dos escritos produzidos no período colonial? Além disso, tais escritos dificilmente poderiam ser vistos como textos historiográficos, mas antes crônicas, relatos, relatórios, ou seja, aquilo que entendemos por fontes. O caso dos chamados brasilianistas sugere um problema similar. Pertencem à historiografia brasileira ou devemos situá-los nas linhas e tendências da historiografia norte-americana? Como pensar o impacto desses autores e obras entre os historiadores brasileiros? Este seria um outro problema a ser discutido e não uma etapa ou componente natural da nossa historiografia.

Ainda nessa linha de raciocínio, devemos pensar as relações complexas vigentes na nossa historiografia entre aquilo que se considerou e se considera “tradicional” e “moderno” em termos de concepção e práticas no campo da produção do conhecimento histórico. O corte nunca foi abrupto. A presença, por exemplo, de membros do IHGB na composição do corpo docente do Curso de História da USP nas décadas de 1930 e de 1940 é um exemplo disso. Ou então o papel representado por essas figuras de transição, como Capistrano de Abreu e parte da produção de autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, aponta para essa dinâmica de transições sem rupturas.

E, terceiro, quanto aos critérios de avaliação desses trabalhos. Além daqueles usuais, ou seja, vinculados às características do discurso, sua metodologia, domínio das fontes, linhas teórico-interpretativas, bem como seus laços com o contexto sócio-histórico mais abrangente, em termos de definição de problemáticas e controvérsias, outros aspectos estão presentes naquelas obras que elegem como tema as dimensões da trajetória nacional. A primeira e mais importante é a questão do anacronismo (ver Novais, 2005). Uma vez que o processo de construção do imaginário nacional tem no discurso histórico um dos seus apoios fundamentais, a avaliação de uma obra de história para verificar em que medida ela enfrentou o problema do anacronismo e tentou superá-lo torna-se crucial. Outro problema igualmente importante, principalmente no caso de historiografias de países periféricos, é o das influências culturais e intelectuais externas. A ausência de um processo de crescimento por sedimentação, a presença de trajetórias interrompidas, os modismos e a irregularidade evolutiva são manifestações que deveriam ser levadas em conta. Elas seriam as principais conclusões da leitura da

obra de Iglésias e que gostaríamos de aprofundar a partir de um debate.

As obras examinadas acima foram publicadas em 1999/2000 e situam-se nessa terceira fase dos estudos de historiografia no Brasil, como sugerimos. Mais recentemente, surgiu todo um conjunto de novos trabalhos, embora sem a proposta de recorte tão abrangente como as obras de Iglésias e Arruda. Alguns se organizam a partir de recortes temáticos, como o organizado pelo historiador Jancso (2005) sobre a Independência do Brasil. Outros propõem recortes espaço/temporais, como o momento contemporâneo combinado com o andamento das historiografias em diferentes países, como a coletânea organizada por Malerba e Rojas (2007), ou então recortes por autor, como o estudo sobre Sérgio Buarque de Holanda (Nicodemo, 2008). Por fim, o Seminário Nacional de História da Historiografia, organizado pelo Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade, ligado à Universidade Federal de Ouro Preto, desde 2007, vem apresentando um amplo leque de trabalhos a partir das mais variadas possibilidades de estudos de historiografia. Em vários desses trabalhos fica explícito o esforço de corrigir a defasagem apontada entre reflexão teórica e prática científica.

Finalizando, poderíamos perguntar a respeito do propósito dos estudos de historiografia. Não dá para ignorar, num primeiro plano, a utilidade instrumental que representa para o avanço e aperfeiçoamento da pesquisa histórica. A identificação de lacunas no conhecimento; o diagnóstico das tendências e dos rumos das pesquisas; a identificação das áreas de concentração e de preferência dos historiadores; a iniciativa de explicitar os temas mais controversos, as interpretações mais polêmicas; a discussão sobre o esgotamento ou a renovação de técnicas e métodos de investigação; a definição de mecanismos de autoavaliação e crítica permanente pode ampliar o grau de cientificidade dessa área de conhecimento uma vez que implica uma ampliação do grau de consciência do profissional sobre as condições de possibilidade de seu próprio ofício. Uma segunda ambição poderia ser a de estudar a história que se faz a partir da história que se escreve, ou seja, os estudos de historiografia abrem a possibilidade de aprofundarmos a reflexão sobre o estatuto e os mecanismos a partir dos quais uma determinada sociedade define a relação com seu passado. Nesse processo, podem-se entender as relações que se estabelecem entre o discurso profissional e esse universo mais amplo e complexo da memória coletiva. E, à medida que entendemos como isso funcionou nas sociedades passadas, podemos relativizar algumas indicações mais presunçosas da total independência da ciência histórica na sociedade do presente.

Referências

- ARRUDA, J.J.; TENGARRINHA, J.M. 1999. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, EDUSC, 190 p.
- BOUTRY, P. 1998. Certezas e descaminhos da razão histórica. In: J. BOUTIER; D. JULIA (org.), *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro, UFRJ/Ed. FGV, p. 65-78.
- BOUTIER, J.; JULIA, D. (org.). 1998. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro, UFRJ/Ed. FGV, 350 p.
- CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (org.). 1997. *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus, 508 p.
- CARBONELL, C.-O. 1987. *Historiografia*. Lisboa, Teorema, 196 p.
- CERTEAU, M. de. 1982. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 345 p.
- CHARTIER, R. 1994. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, 7(13):97-113.
- CROCE, B. 1962. *A história: pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Zahar, 302 p.
- DIAS, M.O. da S. 1974. *O fardo do homem branco, Southey historiador do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 346 p.
- DIEHL, A.A. 1998. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, Ediupf, 376 p.
- DIEHL, A.A. 2002. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, Educ., 221 p.
- DIEHL, A.A. 2008. Idéias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança. *História da Historiografia*, 1:45-70.
- FEBVRE, L. 1985. *Combates pela história*. Lisboa, Editorial Presença, 262 p.
- FICO, C.; POLITO, R. 1992. *A história no Brasil 1980-1989: elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto, UFOP, vol 1, 365 p.
- FIGUEIRA, P. de A. 1973. *Historiografia brasileira 1900-1930*. Assis, SP: Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, 221 p.
- FINLEY, M. 1992. Mito, memória e história. In: M. FINLEY (ed.), *Usos e abusos da História*. São Paulo, Martins Fontes, p. 3-27.
- FREITAS, M.C. de. 2000. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 476 p.
- FONTANA, J. 1998. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, Edusc, 400 p.
- GLEZER, R. 1977. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 22 vols. São Paulo, SP. Tese de doutorado. USP, 598 p.
- GOLDMANN, L. 1984. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo, Difel, 118 p.
- IGLÉSIAS, F. 2000. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Belo Horizonte, UFMG, IPEA, 251 p.
- JANOTTI, M. de L.M. 1977. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo, Ática, 298 p.
- JANCSO, I. (org.). 2005. *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 934 p.
- KOSELLECK, R. 2006. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio, 368 p.
- LAPA, J.R. do A. 1981. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 256 p.
- LEFORT, C. 1986. *As formas da história*. São Paulo, Brasiliense, 345 p.
- MALERBA, J. 2006. Teoria e história da historiografia. In: J. MALERBA (org.), *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, p. 11-26.
- MALERBA, J.; ROJAS, C.A. (orgs.). 2007. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, EDUSC, 378 p.
- MASTROGREGORI, M. 2006. Historiografia e tradição das lembranças. In: J. MALERBA (org.), *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, p. 65-94.
- MELLO E SOUZA, A.C. 2000. *Literatura e sociedade*. 8ª ed., São Paulo, T.A. Queiroz, 182 p.
- MICELI, S. 1979. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 289 p.
- MOTA, C.G. 1977. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática, 367 p.
- NICODEMO, T.L. 2008. *Urdidura do vivido: visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, Edusc, 248 p.
- NIETZSCHE, F. 1976. *Considerações intempestivas*. Lisboa, Editorial Presença, p. 101-206.
- NOVAIS, F.A. 2005. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 440 p.
- RICOEUR, P. 1994. *Tempo e narrativa (tomo I)*. Campinas, Papirus, 327 p.
- RÜSEN, J. 2001. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília, Ed. UNB, 194 p.
- SILVA, R.F. da. 2001. *História da historiografia*. Bauru, Edusc, 336 p.
- TOURAINÉ, A. 1994. *Crítica da modernidade*. São Paulo, Cortez, 431 p.
- WHITE, H. 1995. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, Edusp, 456 p.
- WOOD, E.M.; FOSTER, J.B. (org.). 1999. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 216 p.

Submetido em: 01/09/2008

Aceito em: 09/10/2008

João Miguel Teixeira de Godoy
PUC-Campinas
Rodovia Dom Pedro I, Km 136, Caixa Postal 317
Parque das Universidades
13020-904 Campinas SP, Brasil